

## **Título do Artigo: Gestão da saúde e Seguridade Social: uma análise sobre os resultados de 2011**

Geraldo Medeiros Júnior<sup>1</sup>  
Renato Augusto da Silva Alves<sup>2</sup>

2. Sessões de Comunicações

Área 4: Estados e Nações face à nova configuração do capitalismo

4.2. Estado e Políticas Públicas

### **RESUMO**

A Seguridade Social ainda se encontra distante de oferecer serviços de boa qualidade. Se discute o déficit da previdência, levando a ideia de impossibilidade de oferecer aposentadorias dignas para seus beneficiados. Da mesma forma, o Sistema Único é divulgado pelas filas, sintoma da insuficiência da oferta de serviços e pela necessidade de criação de novos tributos para financiá-lo. Por fim, a assistência social é dos três a que menos evoluiu. Dessa forma, Como tem sido a gestão dos recursos da Seguridade Social no Brasil? O presente trabalho tem como objetivo analisar o resultado da execução orçamentária da Seguridade Social (SS) entre 2008 e 2011 e suas implicações sobre as políticas de suas três áreas. Para tanto, foi feita uma análise documental, tendo como base o relatório divulgado pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal dos anos citados. As reflexões aqui feitas sobre as desvinculações trazidas demonstram que os gastos com Seguridade Social ainda são insuficientes para trazer a qualidade necessária nos serviços públicos. Por outro lado, demonstra-se que não existem necessidades de criação de novos tributos para financiar a SS.

**Palavras-Chave:** Seguridade Social, Gestão, Orçamento

### **ABSTRACT**

Social Security is still far from offering good quality services. Discussing the social security deficit, taking the idea of the impossibility of assigning decent pensions for their benefit. Likewise, the NHS is disclosed by lines, symptoms of insufficient supply of services and the need to create new taxes to fund it. Finally, the welfare of the three is the least evolved. Thus, as has been the management of Social Security in Brazil? This study aims to analyze the result of the implementation of the budget for Social Security (SS) between 2008 and 2011 and its implications on the policies of its three areas. Therefore, an analysis of documents, based on the report released by the National Association of Federal Taxes regardless of the years cited. These reflections brought about the Voluntary Severances demonstrate that spending on Social Security are still not enough to bring the necessary quality in public services. Furthermore, it is shown that there is a need to establish new taxes to fund SS.

**Keywords:** Social Security, Management, Budget

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Administração e Economia e tutor do PET-Administração da UEPB.

<sup>2</sup> Graduando em Administração pela UEPB e integrante do grupo PET-ADMINISTRAÇÃO

## 1. INTRODUÇÃO

Mais de vinte anos após a promulgação da Constituição de 1988, a Seguridade Social ainda se encontra distante de oferecer serviços de boa qualidade. Composta por Previdência Social, Saúde e Assistência Social, observa-se que nenhum dos três componentes pode ser visto como modelo positivo na gestão pública.

Dessa forma, Como tem sido a gestão dos recursos da Seguridade Social no Brasil? A análise dos dados confirma o que tem sido divulgado pela TV?

O presente trabalho tem como objetivo analisar o resultado da execução orçamentária da Seguridade Social (SS) entre 2008 e 2011 e suas implicações sobre as políticas de suas três áreas. Para tanto, foi feita uma análise documental, tendo como base o relatório divulgado pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal dos anos citados.

## 2. CRISE DO CAPITAL FINANCEIRO

O período de fecundo acúmulo de capital que se iniciara na Segunda Guerra Mundial mostra claros sinais de arrefecimento na segunda metade dos anos 70. Fica evidente a necessidade de se tomar medidas eficientes em busca da retomada das taxas lucro. Essas medidas segundo Netto (2011) ficam configuradas como medidas de Restauração do Capital, que pode ser subdividida em três: reestruturação produtiva, financeirização e ideologia neoliberal.

Na Reestruturação Produtiva “esgota-se a modalidade de acumulação denominada de *rígida*, própria do taylorismo-fordismo, e começa a se instaurar [...] a *acumulação flexível*” (NETTO, 2011, p. 225). Em relação à acumulação flexível pode-se enfatizar duas características: a forma de produção que busca atender mercados específicos, a variedades culturais e regionais e a “*desterritorialização da produção* – unidades produtivas são deslocadas para novos espaços territoriais.” (NETTO, 2011, p. 226).

Como segunda medida de Restauração de Capital, tem-se a financeirização. A partir de meados dos anos 70, os grandes volumes de capitais frutos da era de superacumulação vivida pelos países centrais no pós-guerra, aliados à queda da taxa de lucro do setor produtivo, acabaram formando uma boa conjuntura para a concessão de empréstimos a países.

Por último, a consolidação da ideologia neoliberal. Era necessário romper com todas as barreiras sociais e políticas, não somente as que dizem respeito às relações de trabalho, mas também a barreiras alfandegárias.

## 3. MÉTODO DE PESQUISA

Para o alcance do objetivo deste ensaio foi utilizado uma técnica de pesquisa de análise conteúdo que Segundo Vergara (2012) é um conjunto de técnicas que busca, através

de procedimentos sistematizados, obter indicadores (quantitativos ou não) e assim tratá-los visando identificar o que está sendo dito a respeito do tema. Esta técnica também pode ser utilizada em transcrições de entrevistas, documentos institucionais, entre outros.

Dessa forma, a pesquisa de caráter exploratória, pois foi utilizado o tratamento dos dados disponibilizados pelo documento institucional da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (ANFIP), um relatório publicado todos os anos por essa associação que tem por objetivo publicar os dados do financiamento da Seguridade Social no Brasil do ano corrente a sua publicação.

Além de utilizar o método crítico dialético, por possuir como referencial teórico o materialismo histórico apoiado na concepção dinâmica da realidade e nas relações dialéticas entre sujeito e objeto, entre conhecimento e ação, entre teoria e prática. Com propostas marcadamente críticas que pretendem desvendar mais que o das interpretações, mas também o conflito de interesses, manifestando interesses transformadores.

#### **4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA SEGURIDADE SOCIAL**

A observação da execução orçamentária da “SS” revela que no exercício de 2011 ocorreu um superávit de R\$ 77 bilhões, valor correspondente a 14,6% de suas receitas. Ou seja, do que é arrecadado para políticas de seguridade apenas 85,4% é utilizado.

Em paralelo a isso, observa-se o pouco gasto com assistência social, apenas R\$ 25 bilhões, significando o investimento de apenas 4,75% do total de Receitas.

Na gestão da saúde, observa-se que de um orçamento de R\$ 72 bilhões foi possível, por exemplo, manter 38 mil Unidades Básica de Saúde da Família. A Por outro lado, observa-se que tal valor é insuficiente para possibilitar um modelo eficiente de atendimento ao cidadão brasileiro.

Por outro lado, do total de despesas com saúde, foram gastos com Assistência Hospitalar e Ambulatorial 50,23% e com Atenção Básica apenas 18,08%. A partir desses números constata-se a presença de um modelo de gestão que prioriza Assistência Hospitalar em detrimento da Atenção Básica. Isto poderia mudado se houvesse a decisão de gastar mais com Atenção Básica, implementando um modelo de Saúde preventiva, de fato tendo como eixo estruturante a Estratégia Saúde da Família, que como consequência seria a redução do gasto com hospitais e ambulatórios, e uma melhor qualidade de vida da população.

Outra importante questão é o impacto das Desvinculações de Recursos da União(DRU). Criada em 1994 a DRU tem se destacado como um importante mecanismo que desobriga o repasse integral de tributos aos seus destinos vinculados. “Embora tenha amparo legal, a DRU caminha na contramão do crescimento da economia, uma vez que retira recursos da sociedade [...] e em seguida transferi-los para o mercado.” (DAVI; MARTINIANO; PATRIOTA, p. 98, 2011).

Com o mecanismo da DRU, o governo federal encontra importantes fontes de recursos com o objetivo de gerar superávit em suas contas e, com isto, possibilitar o pagamento de juros da dívida pública, em 2011 já ultrapassando a casa dos R\$ 2 trilhões.

No ano de 2011 foram desvinculados mais de R\$ 52 bilhões das contas da Seguridade. Isto significa cerca de 9,96% da Receita da Seguridade Social, o que impos é desvinculado, é retirado da possibilidade de investimento em alguma esfera, seja Assistência Social, Saúde ou Previdência. Porém, mesmo com essa retirada, é possível perceber que ainda existiu um

superávit no valor de R\$ 24 bilhões, que poderia ser destinado aos programas da Seguridade e assim serem trabalhados para mudar a realidade de muitas pessoas que dependem da ajuda governamental.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da execução orçamentária da SS revela que alguns mitos amplamente trabalhados pela grande mídia podem, pelo menos, serem questionados. A ideia de uma Previdência Social deficitária é relativizada quando confrontada pelo fato de que os benefícios rurais foram inseridos na mesma conta, sem que houvesse aumento das receitas. Como os benefícios da Previdência são de características contributivas, ou seja, para se ter direito é necessário contribuir e os Beneficiários Rurais possuem o direito ao benefício sem contribuir, nota-se que o déficit da Previdência é proposital.

Outro mito é de que seria necessário buscar uma nova fonte de recursos para financiar a saúde. Apenas o superávit alcançado na SS daria para dobrar o orçamento do SUS, o que possibilitaria transformações importantes para a saúde pública no país. O pagamento da dívida social na área da saúde exige, por exemplo, uma mudança do modelo de gestão da Saúde do Brasil, um maior investimento em atenção básica, ou seja, na promoção de qualidade de vida para toda população.

As reflexões aqui feitas sobre as desvinculações trazidas pela DRU demonstram que os gastos com saúde, assistência e previdência ainda são insuficientes para trazer a qualidade necessária nos serviços públicos. Por outro lado, demonstra-se que não existem necessidades de criação de novos tributos para financiar a SS.

Trata-se da necessidade de inverter a lógica das prioridades, especialmente num momento em que as taxas de juros internacionais tendem a zero, inclusive no Brasil. O avanço da política monetária deve combinar com a construção de um projeto de nação, que signifique inclusão social e um Estado menos voltado para a acumulação do capital financeiro.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANFIP - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS FISCAIS DA RECEITA FEDERAL. **Análise da Seguridade Social**. Brasília, 2011.
2. BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.
3. MARTINIANO, Claudia et al. A luta pela vinculação de recursos para Saúde Pública no Brasil a partir do paradigma da universalização. In: DAVI, Jordeana; MARTINIANO, Claudia; PATRIOTA, Lucia Maria. **Seguridade Social**. 2. ed. Campina Grande: Eduepb, 2011. p. 87-116.
4. NETTO, José Paulo. **Economia Política: Uma Introdução Crítica**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 267 p.
5. SILVA, Ademir Alves da. **A Gestão da Seguridade Social Brasileira**. São Paulo: Cortez, 2010.